

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br/cesit

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

História do capitalismo: uma visão panorâmica

CADERNOS DO CESIT

(Texto para discussão n. 25)

Marcelo Weishaupt Proni

Campinas, Outubro de 1997

História do capitalismo: uma visão panorâmica

Marcelo Weishaupt Proni

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama da evolução do capitalismo, desde a longa gestação que antecede a Revolução Industrial até a eclosão da crise contemporânea. Trata-se de um texto introdutório, destinado a estudantes de economia e áreas afins, que não tem a pretensão de aprofundar discussões teóricas e sim de procurar descrever as passagens centrais relativas ao desenvolvimento das economias capitalistas avançadas, mostrando que este percurso tem sido marcado por rupturas e continuidades.

Palavras-chave: Capitalismo – História; História econômica; Ordem econômica internacional.

Abstract

The purpose of this article is to present a panorama of the evolution of capitalism, from the long preceding period before the Industrial Revolution up to the eclosion of its contemporary crisis. It is a introductory text designed for graduate students of economics and similar fields, and thus doesn't have the intention to go deep on theoretical questions but to describe the central moments in the development of advanced capitalist economies, focusing the ruptures and continuities in its path.

Key-words: Capitalism; Economic history; International economic order.

INTRODUÇÃO

O capitalismo tem-se transmutado ao longo dos últimos duzentos anos, seja sob a perspectiva de sua estrutura produtiva, dos atores sociais envolvidos na luta de classes, das instituições jurídicas que regem as relações econômicas, dos organismos internacionais que ordenam a economia mundial, do padrão de concorrência intercapitalista, dos mecanismos de intermediação financeira ou da forma de manifestação e superação de suas grandes crises.

Contudo, da ótica de seus princípios gerais ou tendências de movimento, o capitalismo se mantém fiel à sua natureza íntima; ou melhor, a cada nova etapa de seu desenvolvimento, são repostas de modo amplificado suas leis imanentes: tendência a aumentar o grau de concentração e centralização do capital, a induzir o progresso técnico e revolucionar a produção, a poupar o trabalho vivo socialmente necessário, a ampliar a capacidade produtiva instalada além das possibilidades do mercado, a englobar novas áreas de valorização e expandir seus domínios para além das fronteiras dadas, a espraizar sua lógica de reprodução por todas as esferas de sociabilidade (MAZZUCHELLI, 1985).

À medida que agem no sentido de desobstruir as barreiras que limitam a máxima acumulação de riqueza, essas leis gerais do capitalismo produzem resultados contraditórios, gerando crises que provocam mudanças importantes na organização econômica e na própria organização social. Entretanto, tais mudanças só ganham significado quando apreendidas sob uma perspectiva histórica.

Com o propósito de entender as origens e a evolução do capitalismo, este texto está dividido em sete seções. A primeira faz um rápido esboço do processo de transição para o modo especificamente capitalista de produção – processo que levou, na Europa, cerca de sete séculos, desde o começo da desagregação do feudalismo até a implantação de uma economia industrial. A segunda seção trata dos elementos que caracterizaram a Revolução Industrial na Inglaterra. A terceira procura dar uma idéia de como aquele novo modo de produção se difundiu para outros países e passou a ditar a dinâmica da economia mundial. A quarta seção descreve as transformações ocorridas no sistema econômico internacional ao final do século passado, as quais trouxeram novas formas de concorrência e marcaram a transição para um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo. A quinta procura sintetizar as razões e implicações do colapso das instituições que sustentavam a ordem econômica auto-regulada nos anos 20 e 30. A sexta examina as décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, em que se destacam os esforços de regulação da concorrência e

as políticas públicas de bem-estar social. A sétima e última faz algumas considerações sobre a crise contemporânea e o retorno de condutas que marcaram o capitalismo no final do século passado: o (neo)liberalismo e o (neo)imperialismo.

1 A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

A transição para uma sociedade fundada em relações essencialmente capitalistas foi um processo histórico longo, que envolveu a transformação concomitante de toda a cultura ocidental (MACFARLANE, 1989). De fato, o capitalismo só foi possível graças ao desenvolvimento progressivo de um certo individualismo e da aplicação de uma mentalidade racional e pragmática à organização da vida social, o que, por sua vez, foi reforçado pela crescente complexidade dos "jogos das trocas" no meio urbano (BRAUDEL, 1996, v. 2). Na Europa ocidental, essa lenta transmutação do caráter das sociedades esteve associada a um conjunto de mudanças de ordem política e econômica, que não deveriam ser examinadas genericamente. Contudo, não cabe aqui outra escolha.

A partir do século XI, com o ressurgimento das cidades (burgos) e do comércio inter-regional, as relações sociais¹ que davam coerência e continuidade ao antigo modo de vida feudal começaram a ser tensionadas (SWEEZY et al., 1977). Não obstante, o capitalismo só emergiria como um sistema econômico plenamente constituído² e, o que é indissociável, como um sistema social no qual estão presentes uma burguesia industrial e um proletariado urbano, ao final do século XVIII. Devem ser pontuados, ao menos, alguns

¹ Por relações sociais deve-se entender, num sentido amplo, o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem entre si nas diversas esferas de sociabilidade: no trabalho, nos negócios, na política, no lazer.

² O capitalismo pode ser entendido, genericamente, como um regime de produção, distribuição e apropriação da riqueza material, cujo movimento se autodetermina segundo leis gerais da acumulação de capital. Como tal, implica a configuração de relações sociais específicas, baseadas na divisão da sociedade em classes antagônicas e na competição legal pelo poder econômico no âmbito dos mercados.

dos aspectos mais gerais dessa longa transição.

Inicialmente, cabe apontar que a sociedade feudal era eminentemente hierárquica e estamentária, sendo a relação senhor/servo a relação social básica que fundava a economia e a política do mundo feudal. Tratava-se de uma sociedade em que prevalecia a afirmação explícita da desigualdade entre os homens, o que contribuía para reproduzir uma estrutura social relativamente estável. A idéia de direito decorria da elaboração de tradições (por exemplo, o trabalhador estava preso à terra onde nascera), e o que garantia universalidade ao mundo dos camponeses e barões era basicamente a necessidade de defesa territorial e o respeito ao poder natural (sagrado).

A sociedade capitalista, ao contrário, prima pela defesa do direito à igualdade e à liberdade (mesmo que formais). A reprodução da vida material não mais se assenta na ética religiosa/militar e sim numa nova ética, a do trabalho livre e do progresso material. A universalidade passa a ser garantida pelo direito positivo e pela afirmação de valores gestados no interior de uma das criaturas mais mitológicas da nova civilização: o mercado. Este confere substrato à valorização do livre-arbítrio e ao reinado de uma outra mentalidade, baseada no “racionalismo econômico” (WEBER, 1987, cap. 2), o qual implica a adoção de uma racionalidade “científica” pela organização empresarial. Finalmente, predomina uma nova ideologia, segundo a qual a livre concorrência, princípio inspirador dos mercados capitalistas, aparece associada a uma aspirada mobilidade social e a uma saudável concorrência entre “iguais”.

Tal sociedade, como se pode constatar, apenas se materializou historicamente após as intensas transformações ocorridas ao final do século XVIII, que podem ser sinteticamente apreendidas a partir de dois grandes movimentos revolucionários modernos: a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial (1780-1830). Nos limites deste texto, que privilegia as transformações de caráter econômico, importa resumir os fatores estruturais que propiciaram a emergência de uma economia industrial na Inglaterra.

Como indicado, a gênese do capitalismo deve ser buscada na decomposição do feudalismo e no desenvolvimento de novas formas de organização econômica e social. Esse longo período que antecede a plena constituição do modo de produção tipicamente capitalista (aquele fundado na acumulação industrial) e que prepara as condições para sua implantação, esse processo de transição de um sistema a outro tem sido chamado de período da “acumulação primitiva de capital” (MARX, 1985, cap. 24). Em outras palavras, o movimento de acumulação é concebido como “primitivo” porque engendra os elementos fundamentais do capitalismo (o trabalho assalariado e o capital-dinheiro) e se apóia na violência física/militar e no poder do Estado (tanto em relação à ordenação de um espaço econômico nacional como à conquista de rotas comerciais transnacionais). De fato, o aspecto essencial dessa transição ao modo de produção capitalista foi a violenta dissociação entre o produtor e seus meios de produção, ou seja, a progressiva expropriação dos produtores independentes.

A acumulação primitiva foi um período que englobou uma série de processos interdependentes, quais sejam: a) a valorização do capital no comércio e na usura; b) a expansão da produção de mercadorias e o posterior surgimento do *putting out*³ e da manufatura; c) a formação paulatina de um mercado transcontinental e o estabelecimento do sistema colonial; d) o aparelhamento administrativo-financeiro do Estado e a adoção de políticas “mercantilistas”; e) e a proletarização dos camponeses e aprendizes, o que exigiu a disciplinarização dos trabalhadores livres e a regulação dos salários como tarefas do Poder Público.

Historicamente, a acumulação primitiva se desdobrou em diferentes regiões da Europa, sendo que com o passar dos séculos o centro dinâmico se deslocava de uma região

³*Putting out* era a produção artesanal realizada por camponeses, encomendada por comerciantes e destinada integralmente aos mercados urbanos.

a outra: das cidades italianas e alemãs para a Península Ibérica (Portugal e Espanha), depois do advento das grandes navegações, passando pelas terras baixas (Holanda) no século XVII, até se polarizar entre França e Grã-Bretanha no século seguinte. A Inglaterra foi, contudo, a nação que reuniu as condições históricas necessárias para a maturação do modo de produção tipicamente capitalista, a partir do que foi chamado de Revolução Industrial (OLIVEIRA, 1985, parte 2, cap. 1). Mas, que condições foram essas?

Em primeiro lugar, deve-se destacar a forma como se desenrolou a crise do feudalismo inglês, ao longo dos séculos XIV e XV, a qual ocasionou um debilitamento da nobreza muito mais dramático que em outros países e possibilitou o desenvolvimento de uma produção camponesa independente. O fortalecimento do rei levou à formação de um Estado absoluto, com poderes de concentrar a tributação, impulsionar a monetarização da economia e expulsar os mercadores estrangeiros, o que estimulou a expansão mercantil nacional. Por outro lado, o surgimento de uma estrutura social menos rígida, na qual despontam novas classes sociais ligadas ao comércio, ao artesanato e à agricultura mercantil, seria fundamental para explicar a precocidade da revolução burguesa na Inglaterra, em meados do século XVII.

Em segundo lugar, frise-se a coesão de interesses mercantis e produtivos, que passou a influenciar crescentemente a condução da política britânica depois da Revolução de 1640, seja em relação ao cercamento dos campos comuns, à desregulamentação dos grêmios e das corporações de ofício ou à política externa “mercantilista”⁴. Em função disso, já no século XVII, o Estado inglês sinalizava favoravelmente à desarticulação das tradições que estruturavam o antigo mundo do trabalho. Por outro lado, no início do século XVIII, em função do sucesso de sua política externa agressiva, a Grã-Bretanha já consolidava sua posição de principal potência marítima e dominava os principais mercados

⁴ São exemplos de política mercantilista os Atos de Navegação (exigiam que o transporte de mercadorias fosse feito por navios de bandeira britânica), a ampliação da frota naval e a conquista de novos circuitos comerciais.

ultramarinos.

Em terceiro lugar, deve-se considerar a importância das transformações no campo, principalmente na primeira metade do século XVIII, as quais consolidaram uma estrutura agrária capitalista. A chamada “revolução agrícola”⁵ propiciou uma oferta de alimentos e matérias-primas em quantidade e preços adequados à reprodução do nascente proletariado e ao desenvolvimento da manufatura. Além disso, o assalariamento dos trabalhadores rurais (jornaleiros ou diaristas) contribuiu para ampliar os mercados consumidores de manufaturados, criando uma nova dinâmica entre cidade e campo.

Por último, é necessário enfatizar a preexistência de um sistema embrionário de crédito bancário, que se configurou especialmente a partir de 1694 com a criação do Banco da Inglaterra. Ao longo do século XVIII, o sistema bancário britânico desenvolveu-se impulsionado pelo crescimento do comércio exterior, o que lhe permitiu desempenhar um papel importante no financiamento da grande indústria, já nas últimas décadas dos setecentos.

Esses fatores ajudam a entender porque a Inglaterra conseguiu reunir os requisitos internos necessários à industrialização. A constituição prévia de um espaço econômico europeu (BRAUDEL, 1996, v. 3), no qual o poder mercantil britânico tornou-se preponderante, foi igualmente fundamental para a posterior conformação de um mercado capitalista mundial. Com o desenvolvimento do sistema colonial e a expansão do comércio transcontinental, plasmou-se certa divisão internacional do trabalho, na qual a Grã-Bretanha se especializava na produção manufatureira e seus parceiros e colônias se dedicavam à produção primária. A superioridade britânica no cenário internacional, ao

⁵ Depois de os camponeses terem sido expropriados e os campos comuns incorporados à produção agrícola mercantil, novas técnicas de cultivo permitiram aproveitar terras ociosas e aumentar a produtividade.

longo século XVIII, expressava a capacidade de resposta que a produção nacional mostrava face aos estímulos do mercado externo, assim como a eficácia da modernização do Estado conduzida pelo Parlamento inglês.

Não obstante, quando Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações*, em 1776, defendendo justamente a tese de que cada nação devia se especializar na produção de mercadorias para as quais houvesse vantagens comparativas (clima, tradição de cultivo, disponibilidade de matérias-primas, etc.), o comércio internacional ainda era alvo de disputas armadas, e nenhuma das principais potências econômicas tinha atingido um grau de desenvolvimento tecnológico (ou seja, um nível médio de produtividade) que a colocasse muito acima de suas concorrentes diretas. Mas, isto estava prestes a mudar.

2 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O capitalismo inglês, qualificado frequentemente como “capitalismo originário” por causa de seu pioneirismo e singularidade, tem como traços distintivos a emergência de uma estrutura econômica baseada na produção industrial e a constituição de um proletariado industrial radicado nos principais centros urbanos do país. Por definição, a conformação do capitalismo só se completa com o surgimento da produção mecanizada, organizada como grande indústria, e com a generalização do trabalho assalariado e a reprodução de uma classe operária. Assim, a Revolução Industrial representa a constituição/generalização de relações capitalistas de produção, o que é fundamental para o pleno domínio do capital sobre as condições de sua valorização (OLIVEIRA, 1985, parte 1, cap. 2).

O ponto de partida para a revolução na organização da produção foi, como se sabe, a introdução da máquina-ferramenta, que permitiu a superação dos limites impostos

pela capacidade orgânica do trabalhador ao aumento da produtividade. As máquinas passaram a ditar o ritmo do processo de trabalho e a homogeneizar a qualidade do produto, o que desvalorizou o preço da força de trabalho e reduziu os custos unitários de produção. A maquinaria representou, do ponto de vista da valorização do capital, um poderoso instrumento de subordinação do trabalhador às condições impostas pelos detentores dos meios de produção e um poderoso impulso ao ritmo da acumulação.

Mas, como foi possível essa revolução?

A introdução de inovações técnicas na esfera da produção, visando à maior lucratividade, é uma arma decisiva na concorrência capitalista. A partir de meados do século XVIII, na Inglaterra, a existência de mestres de ofício, de trabalhadores especializados e de “homens práticos” propiciou a busca de soluções tecnicamente mais produtivas para os processos de produção, até então baseados na cooperação e na utilização de ferramentas manuseadas pelos trabalhadores. Gradualmente, outras fontes de energia foram sendo testadas em substituição à força animal, em especial o vapor. Os conhecimentos científicos que foram sendo adicionados empiricamente ao processo produtivo já estavam, em sua maioria, disponíveis desde o século anterior (LANDES, 1994, cap. 2).

Como a acumulação primitiva foi comandada pelo capital comercial, o capital (dinheiro) que financiaria a construção das máquinas e os investimentos em novas instalações, para a implantação de grandes indústrias, proveio inicialmente da esfera mercantil. Também os bancos provinciais, que ofereciam empréstimos de curto prazo, com taxas de juros relativamente baixas e passíveis de ser prolongadamente renovados, contribuíram para financiar as novas fábricas.

O primeiro ramo industrial a se organizar foi o têxtil – cuja produção se destinava aos mercados de consumo corrente –, e sua expansão fabulosa criou condições para o surgimento de indústrias produtoras de bens de produção (máquinas, equipamentos e

insumos industriais). O dinamismo daquele ramo irradiou-se para o restante da economia como num efeito em cadeia. A partir de 1780, a acumulação na indústria têxtil estimulou a rápida urbanização dos principais centros regionais, impulsionando a construção civil e a demanda de carvão para o consumo doméstico. O surto de mineração, por sua vez, expandiu a produção de máquinas a vapor, permitindo o surgimento da indústria mecânica, enquanto o transporte do carvão estimulou a construção de canais e estradas. Também a metalurgia acabou sendo alavancada, dada a crescente demanda de ferro resultante do processo de industrialização.

Pode-se dizer que a industrialização inglesa foi, em contraste com outras que viriam, um processo “orgânico”, que decorreu do desenvolvimento anterior da manufatura e de um prolongado período de acumulação de capital e de proletarização dos camponeses e artesãos. A posição de força do capital inglês na economia mundial garantia tanto uma soma considerável de capital-dinheiro passível de ser investida na esfera produtiva, quanto mercados externos para a produção nacional. Dito de outra forma, as exigências para a implantação da grande indústria eram compatíveis com o ritmo da acumulação de capital alcançado pela economia britânica, e os investimentos industriais, além da alta rentabilidade, propiciavam um rápido retorno do capital imobilizado. Isso explica por que a típica empresa capitalista inglesa assumiu um caráter “familiar” e por que a expansão industrial pôde ser financiada, em grande parte, pela reinversão dos próprios lucros ou pelo crédito bancário de curto prazo, sem necessitar de esquemas mais complexos de financiamento.

Por volta de 1830, a estrutura industrial já estava plenamente constituída e a Inglaterra já podia ser considerada a “oficina mecânica do mundo” (HOBSBAWM, 1977, cap. 2). Durante as cinco décadas nas quais se desdobrou a Revolução Industrial, a liderança da economia foi da indústria têxtil. A partir daquele momento, quando se inicia o ciclo ferroviário, o crescimento econômico passaria a ser puxado pela dinâmica do setor

produtor de bens de produção, e os contornos essenciais do que hoje se conhece como capitalismo⁶ se tornariam nítidos.

Nesse sentido, não se pode esquecer que a industrialização transfigurou o mundo do trabalho, dissolvendo tradições e estabelecendo novas categorias ocupacionais e novos ritmos de produção, ao mesmo tempo que criou ou potencializou um pesadelo social sem precedentes – com sobreexploração consentida da mão-de-obra (inclusive infantil) em intermináveis jornadas de trabalho e com um acúmulo de pobreza urbana em gritante desacordo com a prosperidade material alcançada. A transformação da força de trabalho em mercadoria a ser consumida no processo de produção e as condições desumanas do mercado de trabalho são um exemplo de como a mercantilização das relações sociais, promovida pelo avanço do capitalismo, triturou as bases morais da sociedade e impôs uma nova ordem social assentada na concorrência individual (POLANYI, 1980, parte 2).

Vale a pena recordar, nesse sentido, que ao publicar seus *Princípios de Economia Política e Tributação*, em 1817, David Ricardo já reconhecia que a maquinaria era prejudicial aos interesses da classe trabalhadora, mas alertava que a nação que não propiciasse condições para o florescimento da produção mecanizada estaria condenada a uma situação desfavorável no intercâmbio econômico internacional e, no limite, à estagnação econômica.

3 A DIFUSÃO DO CAPITALISMO

Para entender de que forma o capitalismo se difundiu para outros países, ou ainda, como a lógica da acumulação industrial passou a ditar as regras do desenvolvimento econômico internacional, deve-se analisar, primeiramente, o papel que a Inglaterra passou a

⁶ Note-se que o termo "capitalismo" só se tornou de uso corrente na segunda metade do século passado.

desempenhar na economia mundial, uma vez consolidada sua posição de principal centro industrial e financeiro.

No plano do comércio internacional, a relação de dominação exercida pela Inglaterra ao longo do século XVIII, baseada na força de sua esquadra naval, foi sendo paulatinamente substituída, após o término das guerras napoleônicas, por uma posição de hegemonia econômica, cujo cerne é a própria superioridade da produção de manufaturas britânicas, agora mecanizada. Durante a Revolução Industrial, os baixos preços dos têxteis ingleses arrebatarem os principais mercados internacionais. Depois, conforme se desenvolvia o setor de bens de produção, a economia inglesa passou a exportar ferro, carvão, máquinas etc., particularmente em função do surto de construção de estradas de ferro que tomou conta da Europa e dos EUA ao longo do século passado. Ao mesmo tempo, a Inglaterra intensificou suas importações de alimentos e matérias-primas e assumiu a função de principal financiadora do comércio internacional, ajudando a dinamizar o mercado mundial e a fomentar o crescimento econômico de seus parceiros.

Essa “aptidão” de exportador de bens industriais e importador de bens primários, somada ao papel de centro financeiro desempenhado pela *City* de Londres, acabou por configurar uma relação de complementaridade econômica entre a Inglaterra e outras nações interessadas na expansão do mercado mundial. O capitalismo britânico passou a articular os interesses comerciais de distintas áreas econômicas (Europa continental, América do Norte, América Latina, colônias britânicas, etc.), e os ingleses se tornaram os principais defensores do livre-cambismo, lutando não somente contra as barreiras tarifárias ao livre comércio, mas também pela liberalização dos fluxos de capitais e mão-de-obra.

O liberalismo econômico foi possível porque o coeficiente de abertura da economia inglesa aumentou gradativamente, gerando déficits comerciais importantes. Como o déficit na balança comercial era mais que compensado pelo saldo com serviços (transportes, seguros, juros), os ingleses passaram a financiar a construção ferroviária e as

obras de infra-estrutura no exterior – fundamentais para viabilizar a constituição de setores exportadores modernos nos países receptores de capital. Houve, de fato, uma convergência de interesses econômicos durante grande parte do século XIX, que permitiu superar o clima belicoso do período da acumulação primitiva e propiciou as bases materiais para a chamada “paz dos cem anos” (POLANYI, 1980, cap. 1).

Assim, na nova ordem econômica internacional, a Inglaterra criou as condições para fomentar a acumulação industrial através da exportação de bens industriais. Ao fazê-lo, porém, induziu a industrialização de outras nações. Países como a França, os EUA e a Alemanha tiveram possibilidade de aproveitar os estímulos oferecidos pelo dinamismo da economia inglesa e conseguiram desencadear o processo de industrialização. Em conseqüência, a partir de 1870, a indústria nascente desses países passou a concorrer com a indústria britânica, contribuindo para o reaparecimento de políticas econômicas protecionistas. A difusão do capitalismo no século XIX, portanto, significou o surgimento de novas potências industriais, que viriam competir com a economia inglesa e transformar as relações econômicas internacionais.

Os processos de industrialização que se seguiram à Revolução Industrial podem ser qualificados como responsáveis pela constituição de “capitalismos atrasados”, em contraposição ao “capitalismo originário” britânico (OLIVEIRA, 1985, parte 1, cap. 3). A peculiaridade desses processos seria ocorrerem num período em que a Inglaterra era hegemônica no cenário econômico internacional, a ideologia dominante era o liberalismo econômico, e ainda não existiam sérios obstáculos à industrialização. Os capitalismos atrasados se diferenciam do originário também porque a implantação da indústria têxtil seria incapaz, por si só, de desencadear a industrialização (a necessidade de importar máquinas e insumos restringia a expansão da demanda interna), tendo sido exigido um esforço maior para internalizar a indústria de bens de produção, única forma de garantir a criação de um mercado interno capitalista e alavancar a acumulação industrial. Outra

diferença é que o capitalismo atrasado representava um grande salto qualitativo da estrutura produtiva, ou seja, verificavam-se insuficiências técnicas e financeiras que requeriam uma atuação mais decisiva do Estado nacional no sentido de centralizar recursos, criar infraestrutura, gerar demandas e viabilizar a industrialização.

Para um melhor entendimento, pode-se distinguir os processos de industrialização do século XIX em duas “ondas”. As industrializações da França, EUA e Alemanha são classificadas como da “primeira onda” (1840-1870), enquanto as da Rússia, Japão e Itália fazem parte da “segunda onda” (1870-1890). Durante a primeira onda, o salto para a industrialização ocorre no auge do período de livre-cambismo, no qual predominava uma situação de mercado internacional favorável e um padrão tecnológico consolidado. Já, na segunda onda, o salto qualitativo é mais árduo e complexo, posto que ocorre durante a Grande Depressão de 1873-96 (período de tendência à queda generalizada dos preços internacionais) e simultaneamente à emergência de novas matrizes tecnológicas, o que aumentava o risco dos investimentos e exigia uma participação mais decisiva do Estado nas tomadas de decisão e na superação do atraso técnico e financeiro.

Mas o fato de se classificar o desenvolvimento capitalista em países como EUA, Alemanha, Rússia e Japão sob o mesmo conceito/padrão (capitalismo atrasado) não significa que o processo de industrialização e as lutas políticas e sociais tenham seguido um curso único. Cada uma dessas experiências nacionais guarda características próprias, cabendo aqui fazer uma rápida digressão para destacar algumas das particularidades que ilustram a diversidade de contextos que marcam tais processos de industrialização (OLIVEIRA, 1985, parte 2, cap. 2).

Os EUA foram o único país de passado colonial a se industrializar no século XIX. A colonização norte-americana havia resultado em dois modelos econômicos distintos: no sul, colônias de exploração, onde predominava a grande produção escravista; no norte, colônias de povoamento, predominando a pequena produção independente. As

colônias de povoamento eram estruturalmente semelhantes à antiga Inglaterra (a sociedade inglesa que se conformara após a dissolução do feudalismo) e, sob a tolerância da metrópole, conseguiram desenvolver relações comerciais com o Caribe e o norte da África e estimular uma produção manufatureira incipiente. Findo o processo de independência (1776-1783) e sem os entraves políticos à acumulação que retardavam a maioria dos países europeus, os EUA puderam prosperar e se beneficiar da expansão do mercado mundial (inclusive da neutralidade de sua bandeira durante as guerras napoleônicas). Com a prosperidade veio a grande indústria. Depois, entre 1840 e 1860, os estados nortistas internalizaram a produção de diversos bens industriais. Contudo, as tensões entre a economia capitalista do norte e a economia escravista do sul se tornariam insustentáveis, desembocando numa guerra civil (1861-1865) que terminaria com a vitória das forças progressistas e o fim do trabalho escravo. A partir daí, estava aberta a possibilidade de expansão para o oeste, baseada na pequena propriedade rural e na construção de estradas de ferro, o que, junto com a reconstrução do sul, propiciou um impulso fantástico ao mercado interno e à acumulação de capital nos EUA.

A peculiaridade do caso alemão é que a integração econômica e o surto industrializante precedem a plena constituição do Império Alemão (1870). Na verdade, a tardia unificação política e territorial da Alemanha foi um processo longo, iniciado por volta de 1815. As sucessivas derrotas políticas da burguesia implicaram que a condução das reformas estruturais ficasse nas mãos da nobreza. No início do século passado, os estados alemães ainda apresentavam traços feudais. O fim dos laços servis ainda levaria décadas em algumas regiões, mas os camponeses foram lentamente sendo proletarizados ou convertidos em pequenos produtores. Nas cidades, a organização gremial, tradicionalmente muito forte, foi se enfraquecendo com o surgimento do *putting out* e da manufatura. Sob a liderança da Prússia – o Estado economicamente mais desenvolvido do Império –, obteve-se a integração dos mercados (união aduaneira). A partir de 1840, foram

realizados investimentos pesados em infra-estrutura (especialmente em ferrovias), o que deu vigoroso impulso à industrialização. E o que era um mosaico de pequenos governos autônomos, marcado pelo atraso econômico, social e político, em poucas décadas converteu-se numa das principais potências industriais da Europa.

O caso da industrialização japonesa assemelha-se ao dos países europeus na medida em que a crise do feudalismo japonês conduziu a uma estrutura econômica muito parecida, criando os pré-requisitos para a constituição do capitalismo. Mas o processo de desenvolvimento capitalista japonês guarda particularidades que devem ser observadas. Em primeiro lugar, o fato histórico que detonou a adoção de uma política deliberada de industrialização pelo governo japonês, já ao final de 1860, foi a agressão militar dos EUA, que forçou a abertura do Japão ao comércio internacional (e particularmente aos produtos norte-americanos). A conscientização de que o desenvolvimento econômico era essencial para a manutenção da soberania nacional levou o governo japonês, então sob a restauração Meiji, a desencadear uma série de reformas estruturais e a instituir uma nova ordem jurídica. O financiamento da industrialização supunha uma ação direta do Estado, o que foi obtido através de uma brutal tributação sobre o campesinato. Reorganizou-se a produção no campo e acelerou-se a proletarianização de camponeses e artesãos. As exportações agrícolas, por sua vez, viabilizaram as importações de máquinas e equipamentos. O governo providenciou tanto a construção da infra-estrutura necessária à modernização do país (estradas de ferro, portos, etc.) quanto a instalação de plantas industriais (transferidas depois para o setor privado) e a configuração de um sistema bancário moderno. Ao final do século, a economia japonesa já era dominada pelos *zaibatsu*, organização empresarial que integrava indústrias, bancos e atividades comerciais em vários ramos econômicos.

Na Rússia, também a questão da segurança nacional foi um fator-chave na decisão governamental de acelerar as reformas estruturais e industrializar o país. À semelhança do caso japonês, a classe camponesa financiou grande parte dos gastos

públicos, e a agricultura sustentou a importação da maquinaria. A burguesia russa era política e economicamente débil, cabendo ao Estado mobilizar capitais e promover a industrialização (particularmente a instalação da indústria bélica). Deve-se apontar, ainda, que na Rússia foi maciça a entrada de capital estrangeiro, tanto na construção ferroviária e na implantação de segmentos industriais como na forma de empréstimos ao governo e a bancos privados. Pode-se dizer que o Estado russo garantiu a valorização do capital estrangeiro; mas, em última instância, a exportação de capitais para países em rápida industrialização, numa conjuntura econômica internacional depressiva, fazia parte da lógica de acumulação dos capitalismo britânico e francês.

É importante considerar que, por volta de 1867, quando Karl Marx publicou os primeiros volumes de *O Capital*, o capitalismo inglês ainda era a referência principal para a compreensão das leis gerais de funcionamento da economia. Mas, à medida que a primeira onda de industrialização retardatária se completava, o capitalismo entrava numa etapa de profundas transformações. É o que se examinará a seguir.

4 CAPITALISMO MONOPOLISTA E IMPERIALISMO

Entre 1830 e 1890, o capitalismo britânico imprimiu o tom do padrão de acumulação e das relações internacionais. Predominavam relações econômicas internacionais baseadas no livre-cambismo e consolidavam-se estruturas produtivas nas quais se encontravam diversas empresas operando em cada ramo econômico, com plantas industriais de dimensões modestas e tecnologias simples (comparativamente ao que viria a seguir). Nesse período, ainda não havia mecanismos de proteção à propriedade das inovações, e os avanços tecnológicos difundiam-se com relativa facilidade pelo aparelho produtivo, tendendo a equiparar o nível de produtividade entre as empresas. Ao mesmo

tempo, predominava a empresa organizada familiarmente, que dispunha de crédito fácil e barato no sistema bancário. Dessa forma, principalmente na Inglaterra, o padrão de concorrência capitalista permitia o surgimento “espontâneo” de novos capitais industriais. A esse padrão de acumulação baseado no livre funcionamento das forças do mercado, e que teria sua vigência histórica circunscrita ao período inicial de difusão e consolidação das relações capitalistas, a esse sistema dinâmico no qual ciclos de crescimento e depressão decorrem da competição e da mobilidade de capitais individuais, pode-se chamar *capitalismo concorrencial* (OLIVEIRA, 1985, cap. 3).

Ao longo do último quarto do século passado, contudo, aceleraram-se certas transformações que acabariam por desarticular a ordem econômica internacional fundada pelo capitalismo inglês. A partir de 1870, conforme a Inglaterra ia perdendo o monopólio da produção industrial e o livre comércio dava lugar ao protecionismo, intensificou-se o processo de centralização e de concentração de capitais, com a fusão de empresas e a união de bancos e indústrias. Simultaneamente, foram sendo gestados um novo padrão tecnológico e uma outra racionalidade empresarial, com novos produtos e revolucionários métodos de gestão da produção e do trabalho (o “taylorismo”⁷), caracterizando a emergência de uma Segunda Revolução Industrial⁸. Dessa forma, o acirramento da concorrência intercapitalista (expresso pelo aparecimento dos trustes e cartéis) e a revolução da estrutura produtiva propiciaram as condições para o surgimento de um novo padrão de acumulação, que define um novo estágio de desenvolvimento capitalista, o *capitalismo monopolista*.

⁷ Os novos métodos de gestão da produção e de organização do processo de trabalho, introduzidos por Taylor nos EUA, significaram uma potencialização da produtividade às custas de maior desqualificação, diferenciação e alienação dos trabalhadores (BRAVERMAN, 1977, parte 2).

⁸ A Segunda Revolução Industrial trouxe o aço, a eletricidade, o motor à combustão e a química pesada. As inovações técnicas passavam a ser, em geral, fruto de planejamento e pesquisa científica financiados por grandes capitais e não mais o produto de ação e iniciativa individual de homens práticos. Mas, por volta de 1890, o novo padrão tecnológico ainda não estava plenamente gestado, e os antigos setores industriais (baseados no ferro, no carvão e na máquina a vapor) ainda eram dominantes.

Durante a Grande Depressão do século passado, muitos capitais individuais foram absorvidos, muitas empresas menores desapareceram, e poucas e gigantescas empresas passaram a controlar fatias importantes dos mercados. A tendência prolongada à redução dos preços internacionais (e da rentabilidade esperada dos negócios) acelerou mudanças na dinâmica da concorrência intercapitalista. Para entrar no jogo do mercado, apresentavam-se duas condições básicas: a) aumentar a produtividade e baratear os custos unitários, o que implicava enormes plantas industriais (“economias de escala”); b) obter acesso fácil ao crédito para financiar a maturação dos investimentos e a comercialização dos produtos, o que implicava uma relação mais estreita entre indústrias e bancos. Mas a forma como a crise do mercado mundial atingiu as economias nacionais e a resposta destas à alteração nas regras do jogo foram significativamente distintas, especialmente quando se compara a Inglaterra com os EUA e a Alemanha.

A retração dos mercados externos e as novas condições da concorrência exigiam que a economia britânica se reestruturasse. Contudo, o peso da velha riqueza produtiva – cristalizada no parque industrial que se tornava obsoleto – e o caráter conservador da riqueza financeira, de um lado, e a inércia das instituições liberais, de outro, retardavam uma solução mais efetiva para a progressiva perda de competitividade da economia inglesa. No momento em que o protecionismo tornou-se uma ferramenta corrente das políticas econômicas, apenas a Inglaterra não se preocupou em proteger sua indústria e sua agricultura, mantendo-se fiel à ideologia liberal. Na verdade, os interesses que determinavam a política britânica e que reforçavam o liberalismo econômico eram os interesses da *City* e dos detentores da crescente riqueza financeira. Assim, em duas décadas a economia inglesa já havia sido superada pelo dinamismo das economias norte-americana e alemã, que dispunham de uma organização empresarial mais moderna e de uma estrutura produtiva precocemente oligopolizada (HOBSON, 1993, cap. 5 a 8).

Nos EUA e na Alemanha, a intensificação da concorrência forçou fusões e associações de empresas, assim como generalizou o lançamento de sociedades anônimas. Diferentemente do caso inglês, as sociedades por ações não se limitaram à construção ferroviária, estendendo-se aos bancos, indústrias e companhias de utilidade pública. Os bancos passaram a assumir uma posição estratégica na centralização de capitais e no fornecimento de créditos de longo prazo para os setores econômicos mais rentáveis. Na Alemanha, a estreita relação entre bancos de investimento e indústrias, juntamente com uma legislação protecionista, favoreceu a centralização do capital e a formação de cartéis. Nos EUA, constituíram-se gigantescas corporações controladas por *holdings* e multiplicaram-se os trustes setoriais, levando algumas dezenas de empresários a deter um inusitado poder econômico.

A monopolização da economia e o acirramento da concorrência entre as grandes potências no plano internacional levaram a uma corrida pelo controle de novos mercados e de fontes estratégicas de matérias-primas. Ao mesmo tempo, os excedentes financeiros propiciaram uma intensificação das exportações de capitais. Assim, em defesa da indústria e das finanças nacionais, os estados mais fortes passaram a adotar uma política externa francamente agressiva e territorialmente expansionista. Foi essa política expansionista, ao inaugurar um novo ciclo de expansão colonial, que melhor caracterizou o novo “imperialismo” – a repartição do mundo entre um pequeno número de estados e a divisão do mercado mundial em zonas preferenciais de atuação dos capitais nacionais (HOBSBAWM, 1988, cap. 3).

Findo o período depressivo do mercado mundial, o equilíbrio de forças entre as principais nações capitalistas havia se alterado. Embora a Inglaterra procurasse sustentar sua posição hegemônica, outras nações se qualificavam para abocanhar um pedaço maior do mercado, que voltara a crescer. De fato, a disputa imperialista adentrou o século XX num contexto de crescimento pronunciado das maiores potências.

Porém, se do ponto de vista da vida nacional o período registra uma propalada prosperidade,⁹ deve-se notar que as tensões internas estavam sendo transferidas para o âmbito das relações externas, através da política imperialista. À medida que se acirravam os conflitos entre estados nacionais, preparavam-se as condições para a eclosão do que seria considerado, na época, o maior confronto armado da história moderna.

Em suma, as décadas finais do século passado trouxeram profundas mudanças, que foram entendidas como a expressão de um período de transição para uma nova etapa de desenvolvimento econômico. No início do século XX, o capitalismo atingiu uma configuração mais madura e deu nitidez ao que tem sido chamado, nos países mais avançados, de sociedade urbano-industrial. Entretanto, como aquele desenvolvimento estava assentado no poder do capital financeiro (no caso inglês, eminentemente parasitário) e trazia consigo inúmeras contradições, tanto no plano das relações entre capital e trabalho como no das relações políticas internacionais, foram surgindo sérias dúvidas a respeito do futuro do capitalismo, principalmente depois da Primeira Guerra.

Assim, quando Lenin, um dos líderes da Revolução de 1917, redigiu *O Imperialismo - fase superior do capitalismo* durante a Primeira Guerra Mundial, acreditava estar descrevendo não apenas uma etapa superior do capitalismo, mas a derradeira fase daquele sistema econômico, que estaria destinado a se converter num sistema socializado de produção e distribuição da riqueza.

5 O COLAPSO DA ECONOMIA DE MERCADO

⁹ Entre 1896 e as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a economia mundial experimentou um *boom* de crescimento, apoiado num aumento significativo do consumo das populações urbanas dos países centrais. O barateamento dos bens de consumo (propiciado pelo aumento da produtividade industrial) e a facilitação do crédito para compras de bens duráveis (crediário) geraram uma produção em larga escala sancionada por um mercado de massa. O fato é que, na virada do século, as populações urbanas na Europa ocidental e nos EUA passaram a representar uma parcela majoritária da população total, e não só a burguesia como também a classe operária puderam desfrutar de uma elevação de seu padrão de vida.

No intervalo entre as duas guerras, a economia capitalista mundial foi abalada por uma segunda Grande Depressão, muito mais dramática que a anterior, que forçou uma drástica revisão de todos os conceitos que norteavam as políticas econômicas nacionais e do próprio papel do Estado enquanto promotor da ordem social e do desenvolvimento. Pergunta-se: como a crise foi postergada e, finalmente, como se manifestou em toda a sua intensidade?

A Primeira Guerra Mundial não só havia encerrado um longo período sem confrontos entre as grandes potências (“paz dos cem anos”), como tinha colocado em xeque as instituições que sustentaram a hegemonia britânica e a prosperidade do mercado internacional durante o século XIX¹⁰. Pode-se dizer que o desenvolvimento de novas formas de concorrência e a concentração do poder econômico nas mãos dos cartéis tornaram anacrônicas a velha economia de mercado e as teses do liberalismo econômico (POLANYI, 1980, cap. 2).

Depois da guerra, não se conseguiu restabelecer o equilíbrio do poder político/militar, e as assimetrias entre as principais economias capitalistas se tornaram um fator agravante para a instabilidade do mercado mundial. Fracassaram as tentativas de restaurar o sistema monetário internacional, que tinha sido tão fundamental para o comércio e paz mundiais. As medidas visando defender as moedas nacionais foram inviabilizando o antigo sistema baseado na paridade libra/ouro. Nesse sentido, os anos 20 foram bastante conservadores na Europa, porque marcados por um esforço contínuo em retornar ao passado e revitalizar o sistema econômico abalado pela guerra. A crença no padrão-ouro (segundo o qual o valor da moeda deveria expressar as reservas de ouro do país) ainda era um consenso entre analistas dos mais diversos matizes teóricos. Mas essa

¹⁰ Essas instituições eram basicamente: a “alta finança”, empenhada em costurar um sistema de articulações diplomáticas; o padrão-ouro, sobre o qual se baseava todo o sistema de equilíbrio monetário, que dava estabilidade ao comércio internacional; o Estado liberal, que se limitava a garantir a ordenação do espaço nacional e a defender os interesses de certos grupos privados; e o mercado auto-regulável, que na verdade era mais uma crença sobre a qual se assentava toda a organização social.

crença seria em breve corroída.

Compreender os motivos da crise de 1929 e da severidade da Grande Depressão que a sucedeu foi uma preocupação generalizada dos economistas. Primeiramente, deve-se entender o que ocorreu com a economia norte-americana, ao longo da década, que depois de um *boom* de crescimento conheceu a pior crise de sua história. O crescimento econômico americano dos anos 20 se baseou, em grande medida, na expansão do crédito ao consumo de bens duráveis e no endividamento das famílias, o que começou a dar sinais de esgotamento bem antes do *crack* da Bolsa e já apontava na direção de uma crise de superprodução¹¹. Contudo, a iminência da crise foi obscurecida pela intensificação dos negócios na Bolsa de Valores de Nova Iorque (GALBRAITH, 1972). Os capitais produtivos se deslocaram para a esfera de valorização financeira, atraindo inclusive a poupança das famílias, o que criou uma onda exponencial de especulação, que jogou o preço das ações na estratosfera. E, quando o castelo de cartas desabou – não havia como impedir –, sobreveio uma profunda recessão econômica (1930-33). Os efeitos da crise foram se generalizando por vários setores econômicos (bancos, indústrias, agricultura, comércio) e se desdobrando em falências, desemprego e pesadelo social.

Em segundo lugar, deve-se entender que o comércio e as finanças internacionais, depois da guerra e do Tratado de Versalhes (1919), haviam se tornado muito dependentes e vulneráveis ao comportamento da economia norte-americana. Os EUA se tornaram a principal economia industrial exportadora e o principal credor internacional; em contrapartida, o mercado americano, após a contenção de consumo imposta pela guerra, se abriu à importação de parcela ponderável da produção mundial. Paralelamente, a imposição de pesados pagamentos de reparações à Alemanha, impedindo a recuperação de sua economia, implicou forte dependência desta em relação aos empréstimos norte-americanos

¹¹ Uma crise de superprodução se configura quando a capacidade produtiva se expande muito além das condições do mercado de absorver a produção, immobilizando os investimentos e fazendo despencar a taxa de lucro da economia.

(e acabou prejudicando o próprio comércio europeu). Entretanto, os EUA não tinham compromisso com a manutenção do sistema econômico internacional, papel que a Inglaterra havia desempenhado ao longo do século anterior. Assim, quando se desencadeou a crise, os EUA imediatamente reduziram sua participação no mercado mundial e limitaram o fluxo de capitais que vinha alimentando a Europa. Em pouco tempo, todas as economias capitalistas foram de algum modo afetadas pela convulsão das transações internacionais.

A Grande Depressão do início da década de 30 solapou a confiança no futuro, lançou milhares de desempregados às ruas e acabou exigindo que se forjassem novas políticas econômicas – de fato, respostas não-convencionais, em certo sentido revolucionárias, aos desafios colocados pela gravidade da crise (HOBSBAWM, 1995, cap. 3). Diante do colapso dos mercados e da febre social do desemprego em massa, a ineficácia das soluções propostas pelo receituário liberal tornou ainda mais precária a situação dos principais governos. E, para tentar salvar o mercado interno e a moeda nacional dos furacões que arrasavam os mercados e as finanças internacionais, os estados capitalistas tiveram que isolar suas economias, sacrificar o sistema de comércio multilateral e abandonar definitivamente o padrão-ouro.

Em 1931, quando a Grã-Bretanha descartou o livre comércio, desvalorizou a libra e liquidou com a conversibilidade, estava claramente decretado o fim do liberalismo econômico que os ingleses tão cuidadosamente cultivaram por quase um século. O velho liberalismo político também parecia condenado. Três opções passaram a competir pela supremacia no terreno político/ ideológico: o comunismo soviético, a moderada social-democracia e o fascismo (HOBSBAWM, 1995, cap. 4). Provavelmente, a capacidade de cada um desses regimes de oferecer (ou prometer) um sistema econômico "confiável e seguro" era a base de apoio de sua legitimação social.

No início dos anos 30, o programa de recuperação econômica do governo nazista

e o *New Deal* do governo Roosevelt adotaram medidas de combate ao desemprego e defesa da renda interna baseadas no gasto público; ou seja, políticas econômicas que rompiam com a ortodoxia dos equilíbrios fiscais. Naquele contexto, o autoritarismo do Estado alemão mostrou ser mais eficaz na recuperação econômica que a democracia do Estado americano (cuja economia só se recuperaria plenamente a partir da Segunda Guerra). Mas o importante é que os estados capitalistas foram levados a assumir, em virtude da crise do liberalismo, a função de resguardar a economia nacional das instabilidades do sistema econômico internacional e da racionalidade estreita (socialmente inconsequente) dos agentes privados.

Depois de 1945 e da “economia de guerra”, um retorno ao *laissez-faire* (ou ao livre mercado) estava fora de questão. Tornou-se consensual que uma economia de mercado precisava de parâmetros seguros e de mecanismos de proteção para não derivar rumo às crises e às catástrofes sociais. Em decorrência, as economias capitalistas seriam marcadas por um traço comum: a necessidade crescente do planejamento público e da regulação estatal sobre as variáveis-chave do mercado (juros, câmbio, salários).

Assim como a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada por John M. Keynes em 1936, se tornaria o novo referencial teórico dos economistas e formuladores de políticas, também a crença de que o capitalismo podia ser mantido sob controle através da regulação estatal da concorrência capitalista (e da regulamentação dos mercados) se converteria na principal propaganda política dos governos social-democratas.

6 O CAPITALISMO “VIRTUOSO” DOS ANOS DOURADOS

Os 25 anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial têm sido descritos como os “anos dourados do capitalismo” (HOBSBAWM, 1995, cap. 9). A

maioria dos países avançados e algumas das nações em desenvolvimento apresentaram taxas médias de crescimento econômico excepcionais. Ao mesmo tempo, nos países industrializados (particularmente na Europa ocidental) construíram-se vários mecanismos de proteção social, que constituíram o alicerce da relativa harmonia entre capital e trabalho, que marcou o período. Entender os fatores que permitiram a prosperidade econômica e uma maior homogeneidade social requer considerações de várias ordens.

Finda a Segunda Guerra, a preocupação central dos países europeus era a reconstrução da economia e da sociedade. Tal reconstrução tinha como pano de fundo o medo de uma revolução social (avanço dos partidos comunistas em alguns países, especialmente na Itália e na França) e a memória presente dos perigos do fascismo. Os EUA, interessados em controlar econômica e politicamente as relações internacionais, rapidamente compreenderam a ameaça da influência da ex-URSS sobre a Europa oriental e a Ásia. Assim, com o advento da “guerra fria” a partir de 1947, os EUA financiaram não só a recuperação econômica dos aliados como também a da Alemanha Ocidental e do Japão.

Evidentemente, se de um lado a reconstrução da Europa dinamizava a economia norte-americana, de outro os EUA exportavam não apenas bens e capitais, mas um certo padrão de produção e de consumo de massa, comumente chamado de “fordismo” (MATTOSO, 1995, cap. 1). Nesse sentido, muito da grande prosperidade econômica mundial se deu na forma de difusão do capitalismo norte-americano, o que representou – é importante que se diga – a predominância de tendências já conhecidas desde a década de 20.

Por outro lado, embora o automóvel simbolizasse mais que qualquer outro bem a difusão do estilo de vida americano, as décadas de 50 e 60 foram pródigas em novas tecnologias, que ajudariam a transfigurar o modo de vida nos países avançados (HOBSBAWM, 1995, cap. 9). Produtos como a televisão, o gravador com fita magnética e a calculadora portátil são exemplos de como a pesquisa científica se aplicou à produção

comercial. Além disso, produtos intermediários à base de materiais sintéticos (os “plásticos”) passaram a revolucionar a fabricação de artefatos de consumo. A guerra, com suas demandas tecnológicas, contribuiu para o aparecimento do radar e do avião a jato, que modificariam a história das viagens transcontinentais, assim como de novas idéias no campo da eletrônica, das comunicações e mais tarde da informática.

Mas, para que o consumo se massificasse, era preciso que a população tivesse poder de compra. E, de fato, a situação predominante nos países avançados, nas décadas de 50 e 60, mostrava baixas taxas de desemprego (proximidade do pleno emprego da força de trabalho) e salários reais crescentes (possibilitados pelo aumento da produtividade e pela atuação dos sindicatos). Isso permitiu, juntamente com a expansão do crédito, o acesso dos trabalhadores aos bens característicos do estilo de vida americano: o carro novo, a casa própria e os eletrodomésticos.

Além disso, muitos estados europeus passaram a implementar políticas explícitas de redistribuição de renda, baseadas em forte tributação e em expansão dos gastos sociais, o que contribuiu para aumentar a demanda interna da economia e reduzir as desigualdades sociais. O propósito central era evitar que o pesadelo da Grande Depressão se repetisse, e para isso era necessário “reformular o capitalismo” (MYRDAL, 1962). Com o tempo, um conjunto de políticas públicas destinadas à seguridade social e ao exercício pleno da cidadania (inicialmente pensadas como alternativa ao modelo socialista num ambiente de economia de mercado), configuraria uma modalidade de Estado historicamente revolucionária, que combinava duas faces: uma empresarial e uma social. A este ente híbrido deu-se o nome de *Welfare State*, “Estado do Bem-Estar”.

No plano internacional, também houve a tentativa de criar instituições que visavam “regular” as relações econômicas e “equacionar” as tensões políticas. Entretanto, nesse plano os conflitos e contradições eram mais difíceis de ser solucionados. Como se sabe, o papel da ONU ficou comprometido com a divisão do planeta em dois blocos de

influência. Dessa forma, o FMI e o Banco Mundial, criados em 1944, se tornariam agências de financiamento e cooptação patrocinados pelos EUA e seus parceiros. Além disso, no campo do comércio internacional criou-se o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), com o objetivo de negociar reduções nas barreiras tarifárias. Não se pode esquecer também da atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada ainda em 1919 para impedir o avanço dos partidos comunistas sobre os sindicatos de trabalhadores (durante os anos dourados, essa entidade ajudou a cimentar relações de trabalho mais democráticas na maioria dos países desenvolvidos).

Mas, embora as instituições internacionais criadas no imediato pós-Guerra não tivessem a força requerida para manter a paz e reconstituir um sistema econômico mundial, na prática, os anos dourados foram marcados por relações comerciais e financeiras bastante dinâmicas e por relativa estabilidade das moedas mais importantes. Sem dúvida, isso foi possível graças à poderosa influência dos EUA e do dólar, o qual ocupou o lugar que anteriormente cabia à libra esterlina. Deve-se ter em mente que, em 1950, os EUA detinham cerca de 60% do estoque de capital e eram responsáveis por aproximadamente 60% do que era produzido, no conjunto das principais economias capitalistas. Em compensação, na década de 60 a balança comercial americana tornou-se sistematicamente deficitária, evidenciando que o coeficiente de abertura ao exterior do principal mercado capitalista tinha se ampliado consideravelmente. Não deve espantar, então, o fato de a economia mundial desenvolver-se em torno dos EUA, e de as demais potências capitalistas tomarem aquela nação como modelo de desenvolvimento. Também não deve causar estranheza o fato de as sete nações mais desenvolvidas (EUA, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Japão, Itália e Canadá), em 1970, representarem a porção majoritária do mercado mundial.

A prosperidade econômica do período também esteve associada ao avanço do processo de internacionalização de grandes empresas. Inicialmente, foram as empresas

norte-americanas que migraram para a Europa e outras regiões do globo e espalharam redes de filiais em vários países, dando nova dimensão ao termo “empresa multinacional”. Depois, foram as empresas européias que, em resposta, procuraram se estabelecer em mercados além-mar. Note-se que esse movimento de internacionalização produtiva ajudou a alavancar o processo de industrialização em países da periferia capitalista, como exemplificam alguns casos na América Latina e no Sudeste Asiático. Evidentemente, o avanço da industrialização em algumas economias periféricas contribuiria para a recorrente redefinição da divisão internacional do trabalho (MELLO, 1994, cap. 2).

Entretanto, a recuperação da Europa ocidental e do Japão, promovida pelos EUA e sustentada pela forte expansão do mercado mundial, acabaria por gerar tensões no plano da concorrência internacional e viria ameaçar a posição hegemônica dos EUA. Em 1957, formou-se o Mercado Comum Europeu, graças à convergência de interesses econômicos e políticos da França e da Alemanha Federal, mostrando que as principais nações da Europa queriam estabelecer limites ao esmagador poder dos EUA. Na década de 60, enquanto os EUA se enfraqueciam com a Guerra do Vietnã (1965), as indústrias da França, Alemanha e Japão, principalmente, destacavam-se em certos setores de alta tecnologia. Assim, pode-se dizer que a ação hegemônica dos EUA, à semelhança do que acontecera com a Inglaterra no século anterior,¹² ajudou a reestruturar as economias de seus potenciais concorrentes, as quais duas décadas depois já competiam com a indústria norte-americana em melhores condições de competitividade.

Mudanças importantes ocorreram, também, no mundo do trabalho. As formas de contratação, utilização, remuneração e demissão de trabalhadores deixaram de refletir apenas o livre jogo do mercado e o livre-arbítrio das empresas. Generalizaram-se as

¹² Em princípio, a política norte-americana tenderia a uma expansão agressiva das exportações e à proteção do mercado interno, o que certamente desequilibraria o mercado mundial. Porém, a “guerra fria” levou os EUA a uma política externa mais generosa. É inegável que o Plano Marshall (1947) e a ajuda financeira à Alemanha Ocidental e ao Japão contribuíram para o reerguimento e para modernização de seus concorrentes.

negociações coletivas pela ação de centrais sindicais, especialmente na Europa ocidental, e democratizaram-se as relações de trabalho. De fato, a politização da economia alcançava inclusive a esfera do trabalho e provocava forte regulamentação desse mercado.

Os anos dourados, em suma, podem ser considerados como um período de grande prosperidade econômica e de profundas transformações sociais. Nos países desenvolvidos predominou, em maior ou menor grau, um pacto social entre empresas, governos e sindicatos, que permitiu conciliar o ritmo acelerado de acumulação de capital com a construção de um sistema avançado de seguridade social. Esse pacto social – que se explica, em última instância, pela ameaça representada pela propaganda comunista – levou os principais estados capitalistas a implementar, tanto interna como externamente, mecanismos institucionais de regulação da concorrência e políticas econômicas e sociais destinadas a garantir um elevado padrão de vida ao conjunto da população. Evidentemente, essas políticas não decorriam da lógica do mercado, e tal padrão de vida não se teria materializado não fossem as pressões exercidas por sindicatos e partidos de esquerda.

Porém, nem tudo era virtuoso nos anos dourados. John K. Galbraith, em *A Sociedade Afluente*, de 1958, já chamava atenção para problemas cruciais daquele modelo de desenvolvimento: o crescente abismo entre países ricos e pobres, a deterioração do meio ambiente, os riscos do armamento exacerbado e uma potencial tendência inflacionária (salários reais crescentes em condições de pleno-emprego).

7 O CAPITALISMO SEM FRONTEIRAS

Nos anos 70, o padrão de desenvolvimento do pós-Guerra começou a apresentar sinais de esgotamento, o que acarretou uma crise do Estado de Bem-Estar (DRAIBE e HENRIQUE, 1988). Explicar como aquele padrão se desestruturou é uma tarefa complexa,

que extrapola os limites deste texto.¹³ Mas, sem dúvida, um dos processos que contribuiu para interromper o longo período de prosperidade foi a desarticulação do sistema monetário internacional em 1971 (BELLUZZO, 1995). Com o surgimento da “euromoea”, na primeira metade dos anos 60, os dólares disponíveis nos mercados financeiros da Europa se transformaram em ativos financeiros cuja circulação escapava ao controle das autoridades monetárias nacionais. Conforme crescia o volume de capitais atraídos para o “mercado de eurodólares” – como era chamado –, em função de sua liquidez e rentabilidade, as moedas nacionais começaram a ser afetadas por movimentos especulativos, desestabilizando o comércio internacional e o acerto das contas externas.

Os efeitos desestabilizadores do mercado de eurodólares são o melhor exemplo de como a busca de novos campos de valorização do capital, em sua forma mais geral, deslocou a concorrência intercapitalista para um patamar que escapa à regulação dos estados industrializados. Essa busca levou as grandes empresas *multinacionais* a paulatinamente se converterem em *transnacionais*, ou seja, passarem a pairar sobre distintos espaços nacionais, sem identificar seus interesses imediatos com os de nenhum deles. De fato, a queda da rentabilidade esperada dos novos investimentos produtivos e a intensificação da competição internacional levaram os detentores do grande capital – seguindo a irrefutável lógica da máxima valorização – a buscar se libertar dos controles impostos pelas fronteiras nacionais.

Na verdade, a transnacionalização do capital é a raiz do processo atualmente conhecido como “globalização econômica”¹⁴, que envolve tanto uma dimensão produtiva

¹³ Entre os fatores que contribuíram para a interrupção do longo período de desenvolvimento destacam-se: a) o declínio da hegemonia dos EUA e a perda de força do dólar perante outras moedas; b) a tendência ao sobreinvestimento em setores consolidados, o que criou uma capacidade ociosa indesejável; c) a saturação dos mercados internacionalizados de bens industriais tradicionais; d) o arrefecimento do processo de elevação da produtividade global das economias desenvolvidas; e) o progressivo descolamento da riqueza financeira em relação ao desempenho do lado real da economia. Há outros fatores que ajudam a explicar as maiores pressões inflacionárias, como o primeiro choque do petróleo (1973) e a elevação da taxa básica de juros dos EUA, no final da década (1979).

¹⁴ Deve-se alertar para o fato de que o termo “globalização” abarca transformações que extrapolam o âmbito da economia, envolvendo mudanças de ordem social, cultural, espacial e política (MARTINS, 1996).

como financeira. A globalização produtiva refere-se ao fato de componentes de um bem industrial serem produzidos em distintos países, enquanto a globalização financeira refere-se à possibilidade de movimentar livremente excedentes de capital (aplicados especialmente em títulos secundários e ações) entre as principais praças financeiras do planeta.

A globalização não pode ser entendida sem que se faça menção a dois outros processos gerais, que se manifestaram com maior ou menor força nas diferentes economias nacionais e nas relações internacionais: a liberalização econômica e a reestruturação produtiva.

A partir de meados dos anos 70, com a recessão que afetou a maioria dos países desenvolvidos, fortaleceram-se as teses *neoliberais* que condenam a ingerência do Estado no funcionamento da economia, suposta responsável pelas distorções nas decisões de investimento e nas expectativas dos agentes – distorções que precisariam ser corrigidas, a começar por um enxugamento do setor público e por uma liberalização dos mercados (internos e externos). A liberalização implicaria a desregulamentação de mercados, ou seja, o abandono de regras que cerceavam o livre funcionamento da economia. Esse processo já havia se iniciado na esfera financeira (com a autonomia dos fluxos de capitais especulativos) e, posteriormente, atingiria o comércio internacional (aumentam as pressões para a eliminação das barreiras alfandegárias) e finalmente o mercado de trabalho (flexibilização dos contratos de trabalho).

A reestruturação produtiva e organizacional foi (ou tem sido) uma resposta das grandes empresas às novas condições da concorrência capitalista. Na busca de maior produtividade e de redução dos custos operacionais, foram efetivadas mudanças de grande impacto: a) incorporação da informática e da robótica ao processo de produção, aumentando a eficiência e o controle dos produtos; b) reorganização do processo produtivo, visando maior flexibilidade e ajuste da produção às vendas; c) reformulação da gestão da

mão-de-obra, com redução do quadro funcional e simplificação das hierarquias; d) terceirização de atividades de suporte e focalização da empresa em atividades essenciais. Alguns analistas vão além, destacando não só a introdução de novas técnicas produtivas e organizacionais, mas também o aparecimento de novos setores industriais e o desenvolvimento das telecomunicações, fenômenos que caracterizariam a gestação de uma Terceira Revolução Industrial (COUTINHO, 1992) – revolução que certamente ainda não se completou e poderá trazer muitas novidades nas próximas décadas (possíveis mudanças na matriz energética e no sistema de transporte).

Esses dois processos gerais, a liberalização e a reestruturação produtiva, têm sido qualificados como o cerne de um processo global de “modernização conservadora” (TAVARES, 1992), o qual permite a convivência de um novo padrão tecnológico-organizacional com a manutenção do “velho” padrão de consumo, de um lado, e que promove a reforma do Estado nacional combinada à preservação e exacerbação da riqueza financeira despatriada, de outro.

Está claro que a modernização conservadora representa uma ruptura com o pacto ou aliança social que marcou a construção do Estado de Bem-Estar e de relações de trabalho mais democráticas (envolvendo empresas, sindicatos de trabalhadores e esferas de governo), nos anos dourados. Conseqüentemente, os mercados de trabalho nos países industrializados têm sido diretamente afetados, seja com o fenômeno temível do desemprego estrutural, seja com a precarização das oportunidades ocupacionais e de renda. Por outro lado, as políticas sociais (saúde, habitação, educação, previdência, etc.) têm sido concebidas a partir de uma estreita racionalidade econômica, o que muitas vezes desemboca em propostas de privatização de serviços e de restrição dos direitos sociais. Têm sido rompidas, ao que parece, as redes de segurança que costuravam os laços de solidariedade social e predominam estratégias individuais de participação no mercado e na sociedade (MATTOSO, 1995, cap. 3).

É evidente que os efeitos perversos sobre o emprego e os serviços públicos acabam por afetar a massa de salários e a demanda agregada nessas nações, o que tende a agravar a situação de crise. Simultaneamente, aumentam as demandas sociais sobre o Estado nacional, que é obrigado ou levado a abandonar o princípio de universalidade e redimensionar suas políticas sociais, as quais assumem um caráter predominantemente focalizado e compensatório. Obviamente, a situação de cada nação guarda peculiaridades que se perdem em análises genéricas, mas provavelmente o retorno de velhos problemas sociais (desemprego estrutural, precarização do mercado de trabalho, reaparecimento da pobreza e aumento da desigualdade), que pareciam já resolvidos, pode ser qualificado como uma ameaça à democracia em muitas das nações desenvolvidas. Nesse sentido, pode-se considerar que o período de conformação do *Welfare State* tenha sido uma exceção à regra na história do capitalismo.

Por último, resta mencionar que a globalização se consolidou nos anos 80, justamente no momento em que a antiga polaridade – bloco capitalista versus bloco socialista, que fornecia os parâmetros básicos do cenário geopolítico internacional – começava a ser deixada para trás. Em seu lugar surgiu não uma nova polaridade, mas um novo equilíbrio de poder, expresso na configuração de três grandes áreas de influência: as Américas, sob a tutela dos EUA; a Europa, liderada pela Alemanha; e a Ásia, pelo Japão.¹⁵ A criação da Comunidade Européia e do Nafta é provavelmente uma evidência de uma nova divisão do mercado mundial em zonas preferenciais de comércio, com a diferença fundamental de que, nesse possível *neoimperialismo*, os capitais produtivos e financeiros são transnacionais e estabelecem fluxos próprios de comércio e de transações contábeis, sobrepondo-se ao desenho das três áreas de influência.

¹⁵ A desintegração da ex-URSS (1991) e a conversão da maioria das nações socialistas à economia de mercado podem ser entendidas também sob a perspectiva do avanço da globalização, ou melhor, da transformação do globo em um vasto campo de valorização do capital. Nos anos 90, a China emergiu como a mais nova candidata a superpotência, o que certamente irá redefinir o equilíbrio de poder no tabuleiro geopolítico internacional na próxima década.

Nesse novo equilíbrio de forças, contudo, o poder político, econômico e militar dos EUA tem feito a balança pender a seu favor. Não por acaso, a órbita da valorização financeira foi deliberadamente alavancada em função da guinada na política monetária norte-americana, que reafirmou o poder do dólar em 1979 (subindo a taxa de juro) e liberalizou os fluxos de capitais externos no início dos anos 80. Isso levou as potências concorrentes a financiar os déficits comerciais dos EUA e recompôs sua capacidade de impor as regras do jogo aos demais parceiros. A reafirmação definitiva da hegemonia norte-americana (TAVARES e MELIN, 1997) se daria com o projeto Guerra nas Estrelas, em 1983 – que selaria a corrida militar com os soviéticos – e com a queda do muro de Berlim, em 1989 – que exigiria da Alemanha um esforço descomunal para conduzir a unificação de dois mundos. Nos anos 90, esse neoimperialismo configurou uma nova ordem internacional, ainda mais liberal e mais dependente do papel desempenhado pelos EUA.

Em suma, a modernização conservadora, o desmonte do Estado de Bem-Estar e a desregulamentação dos mercados, promovidos pela adoção de políticas de cunho neoliberal, podem ser considerados fatores que contribuíram para o aprofundamento e o prolongamento da crise contemporânea. Ao mesmo tempo, o acirramento da concorrência internacional propiciou a reinvenção de políticas imperialistas, o que se expressa mais claramente na forma como se deu a retomada da hegemonia norte-americana. Mas é na perda de controle sobre as moedas nacionais, ou melhor, na ameaçadora instabilidade monetária e financeira, que reside a causa principal da atual perda de dinamismo do processo de acumulação de capital.

Como bem mostraram Michel Aglietta e André Orléan em *A Violência da Moeda*, de 1982, o favorável contexto sócio-econômico e político do pós-Guerra, que permitiu às sociedades desenvolvidas erguerem limites ao poder avassalador da moeda, havia desde a década anterior entrado em franca decomposição. Paulatinamente, os

governos desses países (inclusive o dos EUA) se tornaram escravos de seu compromisso com o controle do crédito e da liquidez do sistema. Essa é, possivelmente, uma das razões da adoção de medidas de liberalização e desregulamentação, de um lado, e dos limites da capacidade desses estados em promover maior equidade e justiça social, de outro.

Mas, assim como a Terceira Revolução Industrial ainda está em curso, o desfecho da crise contemporânea, as transformações da sociedade e a transição para um novo estágio de desenvolvimento capitalista são ainda uma grande interrogação histórica. Seja qual for o próximo capítulo, certamente trará a mesma tensão entre ruptura e continuidade, que tem marcado a evolução do capitalismo. E certamente as possibilidades e mecanismos de regulação pública (mas não necessariamente governamental) da competição entre os grandes conglomerados (e entre os indivíduos) continuará sendo a questão central desse enredo, ainda por ser escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AGLIETTA, M.; ORLÉAN, A. (1990). **A violência da moeda**. São Paulo : Brasiliense.
- 2 BELLUZZO, L. G. M. (1995). O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/IE, n. 4, p. 11-20, jun.
- 3 BRAUDEL, F. (1996). **Civilização material, economia e capitalismo** : séculos XV-XVIII. São Paulo : Martins Fontes.
- 4 BRAVERMAN, H. (1977). **Trabalho e capital monopolista** : a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro : Zahar.
- 5 COUTINHO, L. (1992). A terceira revolução industrial e tecnológica : as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, ago.
- 6 DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. (1988). Welfare State, crise e gestão da crise : um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 53-78.
- 7 GALBRAITH, J. K. (1972). **O colapso da Bolsa, 1929**. São Paulo : Expressão e Cultura.

- 8 GALBRAITH, J. K. (1987). **A sociedade afluenta**. São Paulo : Pioneira.
- 9 HOBBSBAWM, E. J. (1977). **A era das revoluções** : Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 10 HOBBSBAWM, E. J. (1988). **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- 11 HOBBSBAWM, E. J. (1995). **A era dos extremos** : o breve século XX (1914-1991). São Paulo : Companhia das Letras.
- 12 HOBSON, J. A. (1993). **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo : Abril.
- 13 KEYNES, J. M. (1982). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo : Atlas.
- 14 LANDES, D. S. (1994). **Prometeu desacorrentado** : transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro : Nova Fronteira.
- 15 LENIN, V. I. (1991). **O imperialismo** : fase superior do capitalismo. São Paulo : Global.
- 16 MACFARLANE, A. (1989). **A cultura do capitalismo**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- 17 MARTINS, C. E. (1996). Da globalização econômica à falência da democracia. **Economia e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/IE, n. 6, p. 1-23, ago.
- 18 MARX, K. (1985). **O capital** : crítica da economia política. São Paulo : Nova Cultural. v.1, Livro 1. (Os Economistas).
- 19 MATTOSO, J. E. L. (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo : Scritta.
- 20 MAZZUCHELLI, F. (1985). **A contradição em processo** : o capitalismo e suas crises. São Paulo : Brasiliense.
- 21 MELLO, J. M. C. de (1994). **O capitalismo tardio**. São Paulo : Brasiliense.
- 22 MYRDAL, G. (1962). **O Estado do futuro** : o planejamento econômico nos estados de bem-estar e suas implicações internacionais. Rio de Janeiro : Zahar.
- 23 OLIVEIRA, C. A. B. de (1985). **O processo de industrialização** : do capitalismo originário ao atrasado. Campinas. Tese (Doutorado), UNICAMP/IE.
- 24 POLANYI, K. (1980). **A grande transformação** : as origens de nossa época. Rio de Janeiro : Campus.
- 25 RICARDO, D. (1988). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo : Nova Cultural. (Os Economistas).
- 26 SMITH, A. (1983). **A riqueza das nações** : investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo : Abril Cultural. (Os Economistas).

- 27 SWEEZY, P et al. (1977). **A transição do feudalismo para o capitalismo** : um debate. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- 28 TAVARES, M. C. (1992). Ajuste e reestruturação nos países centrais : a modernização conservadora. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, n. 1, p. 21-57, ago.
- 29 TAVARES, M. C.; MELIN, L. A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro** : uma economia política da globalização. Petrópolis : Vozes, 1997. Cap. 2.
- 30 WEBER, M. (1987). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira.